

de Identificação de Coimbra, em 5 de Junho de 2000, residente em Zambujeiro, 3200 Lousã, possui o curso de engenheiro silvicultor, pelo Instituto Superior de Agronomia, terminado em 1980 com a classificação final de 13,2 valores.

#### II — Cargos desempenhados:

De 21 de Novembro de 2002 até à presente data exerceu o cargo de directora de serviços das Florestas da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, em regime de substituição; Nomeada em 17 de Janeiro de 2001 por despacho do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, exercendo, até à presente data, funções de coordenadora para a formação, no âmbito da estrutura de coordenação do Programa de Sapo-dores Florestais;

De 14 de Dezembro de 1995 a 8 de Abril de 1996 exerceu funções de chefe de divisão do Ordenamento Florestal e Apoio à Propriedade Privada, na Delegação Florestal da Beira Litoral; De 14 de Junho de 1995 até 14 de Dezembro de 1995 exerceu funções de delegada regional da Delegação Florestal da Beira Litoral, em regime de substituição;

De 9 de Junho de 1993 a 14 de Junho de 1995 exerceu funções de chefe de divisão de Ordenamento Florestal e Apoio à Propriedade Privada, na Delegação Florestal da Beira Litoral; De 23 de Novembro de 1990 a 9 de Junho de 1993 desempenhou funções de chefe de divisão de Fomento, Produção e Conservação Florestal na Circunscrição Florestal de Coimbra; De 29 de Dezembro de 1999 a 23 de Novembro de 1990 desempenhou funções de administradora florestal da Lousã;

De Março de 1988 até 29 de Dezembro de 1999 foi encarregada da Administração Florestal da Lousã, em substituição do administrador, e sendo responsável pelo CPD da Lousã, que instalou;

Ingressou na Direcção-Geral das Florestas a 3 de Novembro de 1981, em regime de tarefa, com realização de estágio curricular e posteriores funções técnicas, na Administração Florestal da Lousã, designadamente acompanhando projectos no âmbito dos incêndios florestais, representando a Direcção-Geral das Florestas nas comissões especializadas de fogos florestais nos concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares, integrando comissões de acompanhamento de PDM.

### Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural

**Despacho n.º 9170/2004 (2.ª série).** — O despacho n.º 9081/2000 cometeu ao agrupamento APETAL — Agrupamento de Produtores de Enchidos Tradicionais do Alentejo, L.<sup>da</sup>, que requereu o reconhecimento de Estremoz e Borba como indicação geográfica para chouriço de carne, chouriço grosso, farinha, morcela, paia de lombo, paia de toucinho e paio, nos termos do n.º 1 do anexo I do Despacho Normativo n.º 47/97, a capacidade de autorizar o uso de tal indicação geográfica.

Posteriormente, por escritura pública de 15 de Maio de 2002, aquela entidade modificou a sua forma jurídica, constituindo-se como associação, passando a designar-se por APETAL — Associação de Produtores de Enchidos Tradicionais do Alentejo.

Verificados os novos estatutos e nada neles constando que prejudique os produtores interessados no uso da indicação geográfica referida, associados ou não da mesma entidade, determino atribuir à APETAL — Associação de Produtores de Enchidos Tradicionais do Alentejo as mesmas responsabilidades e obrigações e direitos anteriormente cometidos pelo despacho n.º 9081/2000, de 3 de Maio, ao agrupamento APETAL — Agrupamento de Produtores de Enchidos Tradicionais do Alentejo, L.<sup>da</sup>

17 de Abril de 2004. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, *Fernando António de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar*.

### Direcção-Geral das Florestas

**Despacho n.º 9171/2004 (2.ª série).** — Por despacho de 23 de Abril de 2004 do subdirector-geral das Florestas, proferido por delegação:

Jorge Humberto Rodrigues Bochechas, técnico superior 1.ª classe da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral das Florestas — nomeado na categoria de assessor principal da mesma carreira e quadro, em lugar a extinguir quando vagar, conforme a portaria n.º 442/2004, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 20 de Abril de 2004, produzindo efeitos a partir de 16 de Junho de 2003. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Abril de 2004. — O Chefe de Divisão, *Luís Sá Guimarães*.

### Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar

**Despacho (extracto) n.º 9172/2004 (2.ª série).** — Por despacho de 22 de Abril de 2004 da directora do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar:

José Guilherme Ferreira Newton de Macedo Franco — provido, após aprovação em estágio, na categoria de especialista de informática do grau 2, nível 1, escalão 1, índice 600, da carreira de especialista de informática do quadro de pessoal deste Gabinete, com efeitos a partir de 21 de Abril de 2004.

22 de Abril de 2004. — Pela Directora, a Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Maria Del Carmen Pastor*.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Direcção-Geral da Administração Educativa

**Despacho n.º 9173/2004 (2.ª série).** — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino público a seguir indicado, que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2002-2003, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensado do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro:

#### Universidade Católica Portuguesa Faculdade de Teologia

Classificação  
profissional  
—  
Valores

EMRC — 10:

Eugénia Maria Lopes Valente . . . . . 12

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2003.

23 de Abril de 2004. — A Directora-Geral, *Joana Maria Cabrita Jerónimo Orvalho Silva*.

### Direcção Regional de Educação do Norte

#### Agrupamento de Escolas André Soares

**Aviso n.º 5585/2004 (2.ª série).** — Faz-se público, nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, que a lista de antiguidade com referência a 31 de Dezembro de 2001 do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino se encontra afixada para consulta dos interessados.

Da organização da referida lista cabe reclamação no prazo de 30 dias consecutivos a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*.

23 de Abril de 2004. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Maria Graça Moura*.

## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR

### Instituto de Investigação Científica Tropical

**Rectificação n.º 899/2004.** — Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 6466/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2004, rectifica-se que onde se lê «Presidente — Prof. Doutor Artur Raposo Moniz Serrano, professor auxiliar agregado da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.» deve ler-se «Presidente — Prof.ª Doutora Maria Ondina Gonçalves Dionísio Vidigal de Figueiredo, investigadora-coordenadora e presidente do conselho científico do Instituto de Investigação Científica Tropical, que presidirá.» e acrescenta-se «Prof. Doutor Artur Raposo Moniz Serrano, professor auxiliar agregado da Facul-